

AGROECOLOGIA COMO PERSPECTIVA CONTRA HEGEMÔNICA: UM ESTUDO DE CASO NO ASSENTAMENTO JOÃO BATISTA II EM CASTANHAL-PA¹

Lívia da Silva Santos – UFPA, Brasil
Leonardo Figueiredo de Souza – UFPA, Brasil
Gilson da Silva Costa – UFPA, Brasil

RESUMO

No Brasil a agricultura é predominante pautada na lógica de produção capitalista, sobretudo, o agronegócio que além de funcionar nesta lógica, gera diversos conflitos nos espaços rurais do país. Só no Pará, de acordo com a Comissão Pastoral da Terra (CPT) em 2017, foram assassinadas 21 pessoas em conflitos que ocorreram nas zonas rurais do estado. Além disso, assassinatos que viraram notícia do mundo inteiro como o de Chico Mendes e Dorothy Stang, são exemplos dos conflitos entre o agronegócio e as comunidades que vivem no rural do país e, em específico, da Amazônia. Apesar desses exemplos, diversos grupos ainda se organizam para lutar contra as determinações impositivas do capitalismo nos espaços rurais. Essas lutas não se trata apenas de reivindicação de terras ou territórios, mas também, de propor relações de produção que sejam antagônicas ao do grande capital, que leve em consideração, sobretudo, o bem estar das comunidades que delas participam. Uma das propostas de relação de produção que difere das relações de produção capitalista é a que seja de base agroecológica, alternativa que tem ganhado forças desde o seu surgimento. Com base nisso, este trabalho propõe uma análise a respeito da contribuição da agroecologia para o fortalecimento da produção agroecológica no território do assentamento João Batista II em Castanhal/PA. Para tal, adotou-se uma pesquisa qualitativa, exploratória e descritiva. Inicialmente fizemos uma pesquisa bibliográfica a respeito da agroecologia, dos movimentos sociais no campo e da economia capitalista e, posteriormente visitamos o assentamento para dialogar com os atores para coletarmos os dados qualitativos. Como ferramentas de coletas de dados utilizamos entrevistas com base em roteiro semiestruturado na perspectiva de Brumer et. al (2008) e conversas informais com as (os) agricultoras (es), além da observação local baseada na leitura de Oliveira (2000) olhar, ouvir e escrever.

Palavras-chave: Movimento dos Trabalhadores Sem Terra; Agroecologia; Economia.

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho se propõe a refletir e analisar a contribuição da agroecologia como forma de resistência e de luta dos trabalhadores rurais que vivem no território do assentamento João Batista II em Castanhal/PA, mediante a lógica hegemônica de expropriação da natureza desenvolvida, sobretudo, pelo agronegócio. Este estudo se faz necessário uma vez que grupos e movimentos sociais do campo tem assumido o

¹ Trabalho apresentado na 32ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 30 de outubro e 06 de novembro de 2020

protagonismo na luta pelo direito de existir e reexistir no seu território ao incorporar em seu ideário conceitos como o respeito e o resgate da agricultura camponesa, bem como as diretrizes da Agroecologia, enquanto modelo de produção que se propõe nas dimensões ecológica, econômica e social da sustentabilidade proposta por Hecht (1987).

A Agroecologia é a ciência que busca restabelecer a produção agrícola com um entendimento mais profundo da natureza dos agroecossistemas, enfatizando as inter-relações e os sinergismos entre seus componentes bióticos e abióticos, com aplicação de conceitos e princípios ecológicos para o desenvolvimento de uma agricultura mais sustentável e autossuficiente (ALTIERI, M, 2002).

Além disso, de acordo com Costa (2006), a agroecologia pode ser considerada uma possibilidade para a construção de um desenvolvimento melhor da relação entre o homem e a natureza, onde seria possível unir a produção de alimentos, conservação ambiental e reprodução social, pois, para este autor:

a agroecologia surgiu como a ciência que permitiria a humanidade a possibilidade de concretização de uma agricultura realmente saudável e sustentável. Sendo uma abordagem científica relativamente nova, com um conteúdo vigoroso, em franco desenvolvimento e com algumas experiências sendo gestadas em diversas regiões do mundo, poderia ser um caminho viável para o desenvolvimento rural. Uma vez que em sua prática emprega um maior número de pessoas nas atividades rurais; utiliza tecnologias simples, poupadoras de matéria-prima e recursos naturais; possui enfoque holístico que respeita os limites de tolerância dos fatores bióticos e vê o ecossistema como um todo vivo; por apresentar cadeias produtivas complexas, heterogêneas e inter-relacionadas; permite a exploração do espaço em multiuso em regime de economia familiar; causa menor impacto às relações ecológicas estabelecidas no ecossistema local; depende em baixa escala de insumos externos; requer baixa intensidade de mecanização dos solos; trabalha com culturas e criações regionais ou regionalizadas; coloca em disponibilidade alimentos saudáveis, com baixo custo de produção; e por fim, é facilmente assimilável pelos agricultores e agricultoras familiares. (COSTA, p. 109, 2006)

Entre os grupos que tem acumulado experiência na prática de produção agroecológica, a nível nacional, destacamos o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST, cujas ações coletivas tem tido como foco a recriação camponesa nos assentamentos rurais mediante a materialização de experiências de cooperativização e coletivização, as quais apontam para novas possibilidades de desenvolvimento rural sustentável. Nesse sentido, faz-se necessário investigar como vem se configurando a produção Agroecológica no assentamento João Batista II.

O assentamento João Batista II está localizado no nordeste paraense em Castanhal/PA e tem acumulado, ao longo dos anos, experiências significativas com enfoque agroecológico em lotes dos assentados da reforma agrária, especialmente a

experiência existente no Sistema Agroecológico, o qual é desenvolvido por uma das lideranças mais antigas do Assentamento.

Trazer para o debate o paradigma da Agroecologia significa reafirmar a relevância de um modelo de produção que se opõe a lógica hegemônica excludente da agricultura capitalista representada pelo agronegócio, pois ela emerge da construção coletiva e popular de um projeto de desenvolvimento sustentável dos trabalhadores e trabalhadoras do campo.

2. METODOLOGIA

No âmbito da perspectiva qualitativa elegemos o Estudo de Caso como método que orientou a investigação do presente estudo, método que é amplamente empregado nos estudos sociais, uma vez que procura responder a duas questões elementares: "como" e "por quê" um fenômeno ocorre num dado contexto (CAMPOMAR, 1991; GIL 2008). Tendo como finalidade contemplar os objetivos do estudo em questão, adotamos como procedimento metodológico a elaboração de entrevistas com base em roteiro semiestruturado na perspectiva de Brumer et. al (2008) e conversas informais com as (os) agricultoras (es), além da observação local baseada na leitura de Oliveira (2000) olhar, ouvir e escrever.

O estudo foi realizado no assentamento João Batista II, localizado no município de castanhal/Pa. Metodologicamente foram tomadas iniciativas para a elaboração de um roteiro para execução da entrevista. O estudo de caso firmou-se como uma pesquisa básica e de campo, com os assentados.

Os sujeitos foram convidados a participar aleatória e voluntariamente do presente estudo. Em seguida foi aplicado o termo de consentimento livre e esclarecido e garantido o sigilo absoluto da participação, sem qualquer identificação dos indivíduos. A realização da entrevista aconteceu de forma individual.

Aceitaram participar do estudo seis sujeitos assentados da reforma agrária, os quais responderam roteiros contendo perguntas abertas que visaram obter informações espontâneas a partir das reflexões dos entrevistados, onde os mesmos eram livres para expressar e dar opiniões a respeito de como vem se consolidando o discurso Agroecológico dentro do assentamento. Ao final da realização da entrevista iniciamos o processo de sistematização e análise dos dados fornecidos que, após serem transcritos,

foram colocados numa matriz para tratamento e análise das informações fornecidas in lócus pelos sujeitos informantes.

3. TENSÕES NA DISPUTA POR OUTRO PROJETO DE DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO E DE AGRICULTURA

O período pós-segunda guerra mundial foi marcado por grandes transformações de ordens econômicas, políticas e sociais que afetaram grande parte do mundo. Neste período, havia no Brasil uma discussão em torno da questão agrária e da agricultura. De um lado, com um cunho teórico e político um grupo que defendia a reforma agrária, com enfoque a produção de alimentos sem utilização de agrotóxicos e de outro um discurso de modernização conservadora, capitalista, excludente da agricultura. Com o golpe militar de 1964 consolidou-se o projeto de modernização da agricultura capitalista por meio da produção de alimentos com a utilização de agrotóxicos, com o discurso dominante do agronegócio e dos grandes latifúndios (DELGADO, 2010).

Nos últimos 50 anos, esse modo de produção interconectado com a economia internacionalizada, acarretou mudanças de ordem sociais, econômicas, políticas, técnicas e ambientais no meio rural, acirando ainda mais a concentração fundiária. Um mecanismo fundamental neste processo foi a incorporação e difusão do pacote tecnológico (insumos químicos, sementes geneticamente modificada, irrigação, mecanização), advindo da “Revolução Verde” que propôs o fim da fome, que resultou a industrialização da agricultura brasileira e, conseqüentemente, o aumento da produção agropecuária, etc., Entretanto, não foi solucionado problema da fome no mundo que se dispunha resolver, o aumento da exploração da mais-valia social e concentração do capital em suas várias frações, sobretudo a comercial, a agroindustrial, a industrial, a financeira e o fundiário, conjugado ao ilusionismo tecnológico, bem como a uma base ideológica de valorização do progresso (PEREIRA, 2012).

A forma de agricultura implantada pela lógica do agronegócio, com valorização do progresso, causa a perda dos saberes tracionais do camponês, pois organiza o seu território voltado para a produção de mercadorias, direcionada para o interesse dos grupos econômicos financeiros em busca do lucro desenfreado e reprodução do capital ilimitado, não tem o mínimo pudor em sacrificar vidas humanas. Enquanto o campesinato organiza o seu território para realização de sua existência, necessitando desenvolver todas as dimensões territoriais juntamente com as relações sociais existentes. Esta diferença se expressa na paisagem, a paisagem do território do

agronegócio é homogênea, focada na monocultura é caracterizada pela pouca presença de gente no território. A diversidade de elementos que compõem a paisagem do território camponês é caracterizada pela maior presença de pessoas, porque é neste e deste espaço que elas constroem suas existências, formas de relações sociais e produzem alimentos (FERNANDES, 2006).

Em contraposição à lógica industrial do agronegócio, alguns grupos sociais passaram a internalizar novos valores e princípios epistemológicos passando a incorporar ao centro de seu ideário conceitos como o de respeito e resgate da agricultura camponesa, bem como as diretrizes da Agroecologia buscando alcançar sustentabilidade ecológica e equidade social. Entre as diferentes ações, destacamos a mobilização social dos produtores rurais excluídos e em processo de exclusão e as ricas experiências de luta articuladas contra a lógica hegemônica destruidora do capital e contra as ações dos poderes públicos constituídos. Neste grupo destacam-se os sem terras, cujas ações de luta e resistência resulta na recriação camponesa nos assentamentos rurais e, a partir de experiências de cooperativização e coletivização, apontam novas possibilidades de desenvolvimento rural (GONÇALVES, 2008).

Com 30 anos de existência, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), ao longo de sua trajetória foi se consolidando como um ator político de organização combativa, de enfrentamento aos interesses capitalistas do campo, de luta pela terra. Recentemente, vem assumindo a defesa de uma agricultura ecológica contrária ao uso de agrotóxicos e da transgenia, com isso tem buscado uma forma de produção mais racional que permita a migração produtivista/tecnicista para outro baseado numa perspectiva mais agroecológica com enfoque na sustentabilidade ecológica, sustentabilidade humana no campo e na equidade social, que contribua para que as famílias tenha garantia do auto sustento, assim como alternativa de desenvolvimento sustentável aos assentamentos de Reforma Agrária (BORSATTO E DO CARDMO, 2013) .

De acordo com Gliessman (2001), a agricultura sustentável é aquela que reconhece a natureza sistêmica do agroecossistema, buscando o equilíbrio e a equidade, preocupando-se com a saúde ambiental, justiça social e viabilidade econômica, entre diferentes setores da população, incluindo povos e gerações diferente. Para Altieri (2002), a agricultura sustentável refere-se à produção de alimentos que se utilize de

tecnologias de manejo ecológicas para que haja rendimentos duráveis, à longo prazo, o que requer a otimização do sistema como um todo e não apenas o rendimento máximo de qualquer produto específico.

Desse modo, a partir de estudos agronômicos, encontramos correntes alternativas ao modelo da Revolução Verde, que propõem um novo padrão de desenvolvimento agrícola mediante ao manejo ecologicamente adequado dos recursos naturais e a correta seleção de tecnologias, visando à sustentabilidade, estabilidade, produtividade e equidade social. Como síntese do pensamento alternativo, a Agroecologia recolhe as contribuições de diferentes fontes teóricas com um novo paradigma científico que pretende responder questões emergentes deste início de novo milênio (CAPORAL E COSTABEBER, 2000).

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Observa-se que uma característica marcante nos discursos dos entrevistados foi de que, para eles a agroecologia é muito mais do que uma técnica produtiva ou uma ciência, pois envolve uma variedade de outras dimensões, além do manejo de um determinado agroecossistema. Sendo constatado durante a realização da pesquisa, de acordo com os depoimentos dos entrevistados ao expor que “agroecologia vai muito além de uma forma de produção de alimentos saudáveis, ela corresponde a uma forma de reprodução social no campo, a nós agricultores assentados, onde criamos a nossa própria forma de existência” (EZEQUIAS, MST), é “um modo de vida em que a terra e suas relações com a dimensão humana, econômica e espiritual são retomadas como elemento pra um outa forma de sociabilidade” (PIPOCA, MST).

Esses relatos vão de acordo com o que Caporal *et al.* (2011) diz em *princípios e perspectivas da agroecologia* ao dizer que como ciência integradora a agroecologia se nutre não só dos saberes reconhecidamente acadêmicos, mas também de conhecimentos tradicionais e empíricos dos agricultores e dos demais atores sociais envolvidos em processos de desenvolvimentos rurais, isso porque ela incorpora o potencial endógeno, que é fundamental para a agroecologia pois envolve os aspectos socioculturais e agroecossistêmicos que formam as bases estratégicas de qualquer desenvolvimento rural que visem alcançar crescentes graus de sustentabilidade. Ainda em consonância com isso, o estudo realizado por Borsatto e Carmo (2013), aponta que através da agroecologia o agricultor deixa de ser visto como um mero objeto de análise, e passa a

ser o sujeito que (re)cria sua própria existência, ao incorporar em seu ideário conceitos como o respeito e resgate da agricultura camponesa, a qual supera a lógica excludente e insustentável do capitalismo²; a compreensão do balanço trabalho-consumo por oferecer respostas práticas para que os agricultores possam garantir sua reprodução social em seu território. Dessa forma; assumido o protagonismo na luta pelo direito de existir e reexistir no seu território por meio da agroecologia.

Vale ressaltar que o sistema de produção agroecológica visa à produção de alimentos ecologicamente sustentável, economicamente viável e socialmente justo, capaz de integrar o homem ao meio ambiente (COSTA,2006). A produção sustentável de alimentos possibilita a produção de gêneros alimentícios saudáveis, de qualidade para a subsistência dos pequenos agricultores que vivem em regime da agricultura camponesa promovendo a geração de renda com a venda da produção do excedente. A produção agroecológica sustentável também é uma forma de atuação de pequenos agricultores rurais, que trabalham de forma articulada, com uma visão econômica e social que proporcione qualidade de vida e que estimule o manejo sustentável, com o mínimo impacto ambiental (SOUZA, 2014).

Quando questionamos se a forma de produção que eles promovem é agroecológica, constatamos que o lote ainda está em transição, pois já utilizam algumas tecnologias alternativas pautadas na agroecologia, segundo declarou o entrevistado:

De certo modo, sim. Ainda não há no meu lote um manejo totalmente pautado nos princípios agroecológicos. Mas já temos algumas experiências neste sentido, a exemplo de a adubação orgânica das culturas perenes introduzidas no lote em uma experiência de SAF'S³, adubação verde em determinadas partes do lote, cobertura orgânica do solo para a ciclagem natural de nutrientes, assim como a introdução de plantas companheiras no sistema (MST, 2019).

Estou em transição, produzindo mudas frutíferas e horta. Tenho um SAF integrado a criação de pequenos animais (MST, 2019).

A transição agroecológica é uma forma de praticar a agricultura com base em tecnologias sustentáveis menos agressivas ao meio ambiente, mais justa socialmente e assentada em novos valores que incorporem a dimensão ética na apropriação econômica dos recursos naturais, não apresenta nenhuma garantia de sua realização no curto prazo, garantindo a sustentabilidade ambiental onde a ecologia e a economia se entreveram

² Ver a tese de doutorado *A alta modernidade e a revolução socioambiental: indivíduo e coletividade na reprodução sociometabólica do desenvolvimento e da sustentabilidade na Amazônia* (2009) de Gilson da Silva Costa.

³ Sistema Agroflorestal – SAF compreende a um sistema de plantio de natureza sustentável, sendo ainda muito utilizado na recuperação de uma floresta.

cada vez mais nos planos local, regional, nacional e mundial até formar uma rede concatenada de causas e efeitos (COSTABEBER, 1999).

Da mesma forma Leff (2002) sustenta que a Agroecologia é uma ciência com limites teóricos bem definidos que busca integrar o saber de diferentes áreas do conhecimento com o objetivo de propor um encaminhamento que respeite as condicionantes ambientais na agricultura. A agroecologia constitui-se em um regaste de conhecimentos sistematizados, baseados em técnicas e saberes tradicionais dos pequenos agricultores rurais, que incorporam princípios ecológicos e valores culturais às práticas agrícolas que, com o tempo, foram descolonizadas e aculturalizadas pela lógica de produção do agronegócio e da revolução verde.

No Pará a exploração criminosa dos recursos naturais pelo agronegócio, hidronegócio e mineralnegócio vem ganhando mais intensidade, prejudicando a sustentabilidade de territórios de comunidades tradicionais e trazendo sérias complicações em virtude do modelo insustentável de exploração que insiste em adotar práticas indevidas. A produção do agronegócio, por exemplo, se desenvolve na Amazônia com destaque para a criação de gado e agricultura de base capitalista como a monocultura, voltada exclusivamente para a exportação da produção.

A necessidade de pensar estratégias de enfrentamento ao desafio da exploração criminosa do agronegócio implica também a necessidade de pensar formas de resistência ao modelo de expansão da hegemonia do capital.

Quando indagados sobre motivação em trabalhar com práticas agroecológica, eles apontaram os benefícios voltados para sustentabilidade ambiental e para a saúde humana. Ao enfatizar que:

é preciso produzir pensando em saúde, tanto do trabalhador quanto da natureza. Nesse sentido, é propor a produção não enquanto alternativa, mas, sobretudo enquanto necessidade. É preciso romper com o modelo de produção convencional de queimada, de agrotóxicos, de “fertilização artificial”, de manejo que degrada, embora que a médio e longo prazo. Em virtude de o agricultor ter necessidades imediatas, a agroecologia não permite ser vista a priori enquanto alternativa econômica. Não dá pra radicalizar a priori como por exemplo nas culturas sazonais sendo o necessário artificializar com uso do NPK industrial (MST, 2019).

Satisfação em saber que os alimentos que estou consumindo são saudáveis para mim e minha família (MST, 2019).

A agroecologia dialoga com a proposta da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), que consiste na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras

necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis. Esse direito só poderá ser viabilizado se houver garantia de que os alimentos serão produzidos em sistemas agrícolas sustentáveis (RIBEIRO *et al.*, 2012).

De acordo com o estudo realizado por Azevedo e Pelicioni (2011), o equilíbrio ambiental está intrinsecamente ligado ao conceito de saúde humana, e ao optar por práticas e princípios baseados na Agroecologia pode tornar-se instrumento na promoção da saúde ambiental. A adoção de práticas de base agroecológica na produção de alimentos prevê consequências ambientais positivas, como o aumento da fertilidade do solo, a promoção da qualidade de vida dos animais e seres humanos vivendo num ambiente isento de substâncias tóxicas, a manutenção da diversidade biológica da flora e da fauna e o incremento da qualidade das águas, do solo e do ar.

Em relação as mudanças que agroecologia vem causando no cotidiano do assentamento de acordo com os sujeitos entrevistados refere-se a harmoniosa relação entre ser humano/ natureza, humano/humano a expor que:

A relação de proximidade da terra/ humano, relação entre as pessoas, na alegria que a gente ver no camponês a cada passo dado na unidade entre agricultores que vivem a experiência (MST, 2019).

Mudanças ainda tímidas, porém, significativas visto que várias famílias já ‘possuem agroquintais, SAFs. No PA atualmente vem ocorrendo significativa socialização de saberes presente nas trocas de experiências, a exemplo das atividades desenvolvidas por meio do viveiro de mudas coletivo presente no PA, o trabalho em equipe, a proposta de multiplicação das espécies a serem introduzidas nos agroecossistemas das famílias (MST, 2019).

Os saberes populares resultam de uma relação de sinergismo entre homem/natureza, na qual a terra possui valor social, que constrói a essência do homem no trato com a natureza, para produzir alimentos e o bem viver. De acordo com De Mari *et al.* (2017) na agroecologia os saberes populares se somam na construção de um novo paradigma produtivo no campo, baseado no valor de uso social da terra, em contraponto com a mera lógica do mercado.

Segundo Leff (2002), as práticas com enfoque na agroecologia recuperam dos saberes tradicionais, a um passado no qual o humano era dono do seu saber, a um tempo em que seu saber marcava um lugar no mundo, à época dos saberes próprios.

Segundo, Silva (2007) os territórios camponeses são exemplos da recriação de relações sociais não capitalistas entre a natureza/homem, havendo o resgate do reconhecimento da importância do saber tradicional dos povos rurais no manejo dos ecossistemas para a perspectiva de sua sustentabilidade a longo prazo.

De acordo com o relato dos sujeitos, o que marca o debate da agroecologia no assentamento refere-se ao bem viver quando declara que:

uma nova forma de vida que dá ao ser humano uma nova sociabilidade (MST, 2019).

alimentação saudável, ausência do agrotóxico, preservação da natureza e a própria relação da natureza e o homem (MST, 2019).

Os saberes populares resultam das relações harmoniosa entre homem/natureza, na qual a terra possui valor social, que constrói a essência do homem no trato com a natureza, para produzir alimentos e o bem viver. Aqui, os saberes populares se somam na construção de um novo paradigma produtivo no campo, baseado no valor de uso social da terra, em contraponto com a mera lógica do mercado capitalista (DE MARI *et al.*, 2017).

Segundo os sujeitos entrevistados o processo de formação e informação do conhecimento da agroecologia dentro do assentamento ocorre por meio de estudos, debates, troca de saberes e experiências quando diz que:

através de cursos, feiras agroecológicas onde ocorre a roda de conversa para que haja a troca de saberes o que é de suma importância para disseminação de forma de produção com base na agroecologia e por meio do debate de artigos estudados (MST, 2019).

através de cursos, experiências, debates na comunidade, feiras agroecológicas (MST, 2019).

através de estudos em oficinas que acontecem em lotes agrícolas que já possuem experiência com essa prática (MST, 2019).

Caldart (2004) sustenta que o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) em conjunto com outros movimentos e organizações sociais do campo, desde o final da década de 1990, vêm demarcando espaços, disputando projetos de sociedade e de desenvolvimento rural, resistindo e fazendo oposição ao modelo de produção rural historicamente vinculado ao paradigma hegemônico de sociedade tão defendida pela classe dominante.

Tal paradigma, ao valorizar o lucro da produção obtido pela força de trabalho deslegitima outros elementos inerentes a dignidade da pessoa humana como o

reconhecimento e valorização da cidadania, do direito a terra e produzir na terra, das relações sociais construídas na relação com os outros sujeitos, da cultura, dos saberes e da identidade dos sujeitos do campo que se constrói na relação com o seu território e no compartilhamento de experiências coletivas (HAGE, 2005; BRANDÃO, FERREIRA, 2011).

A pesquisa realizada por Lopes *et al.* (2013) no movimento agroecológico da zona Mata (MG) constatou que o compartilhamento de saberes tem contribuído positivamente para o fortalecimento e construção da agroecologia, já que por meio dessa troca gera o acúmulo de aprendizagem coletiva, no qual as práticas dos eventos anteriores influenciam e, ao mesmo tempo, se aprimoram na construção do próximo encontro.

5. CONCLUSÃO

Conforme os resultados obtidos neste estudo, constatou-se que os assentados possuem o processo agroecológico conscientemente internalizado com força de vontade, em vencer algumas barreiras frente a uma forma de produção hegemônica do agronegócio, compreendendo que a forma de produção agroecológica possibilita benefícios não somente para si, mas também para todo o contexto social e ambiental em que estão inseridos, entendendo-se que ganhos financeiros não são os principais objetivos desse processo, mas, sim, a consequência deste esforço valorizando fatores sociais e ambientais no território existente.

Nesse sentido os compromissos ambientais do MST ultrapassam meramente o uso da terra e incorporam a vida real, a cultura, introduzindo uma nova forma de relação entre os assentados, sustentada pela perspectiva do Bem Viver. Além disso, esses atores conseguem unir a ciência, acompanhada, obviamente, da prática na produção, etc. com a militância política do supracitado movimento, trazendo isso como um outro aspecto importante para a agroecologia.

Uma outra questão importante para refletir, é a relação entre os relatos dos membros do MST entrevistados e as abordagens teóricas dos (as) principais autores (as) que tratam sobre a agroecologia, destacando-se, entre muitos aspectos importantes, a recuperação de conhecimentos tradicionais, do conhecimento endógeno dos grupos que integram a perspectiva agroecológica e relacionando esses conhecimentos com o conhecimento científico e principalmente: a produção coletiva do campesinato.

Precisamos encontrar urgentemente uma forma global, mundial, desde os locais, em todos os territórios rurais e urbanos de encontrar e acomodar um raro equilíbrio dinâmico entre produção agrícola, agropecuária e industrial, em consonância com a conservação socioambiental da vida no campo e nas cidades, na perspectiva da sustentabilidade efetiva da reprodução material humana e não-humana sobre a Terra – onde as demais espécies, ecossistemas e biomas possam continuar sua evolução.

Fazendas industriais de cultivo agroexportadores de dendê, na Amazônia, crescem, se multiplicam e destroem regiões inteiras. Financiadas por recursos públicos a juros mórbidos aos empresários, geralmente com amplos portfólios de investimentos que vão do agronegócio de palma até ações de bancos e indústrias diversas. Assim, a burguesia agrária/agrícola, também é burguesia banqueira e industrial. Enquanto os camponeses pobres, vivem cada vez mais miseravelmente em pequenas propriedades cada vez mais exauridas, subparcelares e desprovidos de atendimento do Estado – ao menos em termos de financiamento e assistência técnica.

REFERÊNCIAS

ALTIERI, M. Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável. Ed. Agropecuária Guaíba (RS), 2002. ISBN 8575500031.

Assassinatos no campo batem novo recorde e atingem maior número desde 2003. Comissão Pastoral da Terra (CPT). 16 de abril de 2018. Disponível em: <<https://www.cptnacional.org.br/publicacoes/noticias/cpt/4319-assassinatos-no-campo-batem-novo-recorde-e-atingem-maior-numero-desde-2003>>. Acessado: 13 de abril de 2020.

AZEVEDO, E. D.; PELICIONI, M. C. F. **Promoção da Saúde, Sustentabilidade e Agroecologia: uma discussão intersetorial. Saúde e Sociedade**, v. 20, p. 715-729, 2011. ISSN 0104-1290.

BORSATTO, R. S.; CARMO, M. S. D. A construção do discurso agroecológico no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST). **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 51, n. 4, p. 645-660, 2013. ISSN 0103-2003.

BORSATTO, R. S.; DO CARMO, M. S. **O MST e a Edificação de uma Proposta de Reforma Agrária Baseada em Princípios Agroecológicos. Retratos de Assentamentos**, v. 16, n. 2, p. 221-243, 2013. ISSN 2527-2594.

BRANDÃO, E. C.; FERREIRA, F. J. Educação do campo: um olhar histórico, uma realidade concreta. [online]. **Revista eletrônica de educação**. v. 5, n. 9, jun./dez. 2011. Disponível em: <http://www.unifil.br/portal/arquivos/publicacoes/paginas/2012/1/413_546_publipg.pdf>. Acesso em: 24 de mai. 2014.

BRUMER, A et. al. A elaboração de projeto de pesquisa em ciências sociais. In: GUAZZELLI, C. A.; PINTO, C.R. J. B. (Org). **Ciências humanas: pesquisa e método**. Porto Alegre: UFRGS, 2008. p. 125- 147.

CALDART, R. S. Elementos para construção do projeto político e pedagógico da educação do campo. In.: MOLINA Mônica, Castagna e JESUS, Sônia Meire Santos Azevedo de (organizadoras). **Contribuições para a construção de um projeto de Educação do Campo Brasília**, DF: Articulação Nacional "Por Uma Educação do Campo, 2004. Coleção Por Uma Educação do Campo, nº 5.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. **perspectivas para uma Nova Extensão Rural. Revista Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**. Porto Alegre, v. 1, n. 01, p. 16-37, 2000.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. PAULUS, G. Agroecologia: matriz disciplinar ou novo paradigma para o desenvolvimento rural sustentável. In: CAPORAL, F. R.; AZEVEDO, E. O. (org). **Princípios e Perspectivas da Agroecologia**. Paraná :IFPR, 2011.

COSTABEBER, J. A. **Transição agroecológica: do produtivismo à ecologização. Sustentabilidade e cidadania: o papel da extensão rural**. Porto Alegre: Emater/RS, p. 67-120, 1999.

COSTA, G. UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. **A Alta modernidade e a revolução socioambiental: indivíduo e coletividade na reprodução sociometabólica do desenvolvimento e da sustentabilidade na Amazônia**. 2009. 604 f.: Tese (doutorado) - Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos,

Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Belém, 2009.

COSTA, G. **Desenvolvimento rural sustentável com base no paradigma da agroecologia**. Belém, UFPA/NAEA, 2006.

DE MARI, C. L.; TAVARES, P. D. V. B.; DA FONSECA, V. M. **Alimentos, saberes e educação para o “bem viver”**: os camponeses um passo adiante. REMEA-Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental, v. 34, n. 3, p. 37-54, 2017. ISSN 1517-1256.

DELGADO, G. C. **A questão agrária e o agronegócio no Brasil. Combatendo a desigualdade: o MST e a reforma agrária no Brasil**. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

FERNANDES, B. M. Os campos da pesquisa em educação do campo: espaço e território como categorias essenciais. MOLINA, Mônica. **A pesquisa em Educação do Campo**. Brasília: Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária, 2006.

GLIESSMAN, S. R. **Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável**. Ed. da Univ. Federal do Rio Grande do Sul, UFRGS, 2001. ISBN 8570256035.

GONÇALVES, S. **Campesinato, Resistência e Emancipação: o modelo agroecológico adotado pelo MST no Estado do Paraná**. 2008.

HAGE, S. M. (Org.). **Educação do campo na Amazônia: retratos de realidade das escolas multisseriadas no Pará**. Belém: Gráfica e Editora Gutenberg Ltda, 2005.

MARX, K. **O Capital: crítica da economia política**. livro 1. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2017.

MARX, K.; ENGELS, F. **Manifesto Comunista**. 1. Ed. São Paulo: Boitempo, 2010.

KAGEYAMA; A. Desenvolvimento rural: conceito e medida. **Cadernos de Ciência e Tecnologia**, Brasília, v. 21, n. 3, p. 379-408, set./dez. 2004. Disponível em: file:///C:/Users/Administrador/Downloads/8702-28948-1-PB%20(1).pdf. Acesso em: 26 de março de 2020.

LEFF, E. Agroecologia e saber ambiental. **Agroecologia e desenvolvimento rural Sustentável**. v. 3, n. 1, p. 36-51, 2002.

LOPES, L. S. et al. 14826-Troca de saberes: vivenciando metodologias participativas para a construção dos saberes agroecológicos. *Cadernos de Agroecologia*, v. 8, n. 2, 2013. ISSN 2236-7934.

OLIVEIRA, R. C. de. **O Trabalho do antropólogo: olhar, ouvir, escrever.** In: **O trabalho do antropólogo.** 2. ed. São Paulo: Editora Unesp: paralelo15, 2000.p. 17-35.

PEREIRA, M. C. D. B. **Revolução verde. Dicionário da Educação do Campo.** Rio de Janeiro/São Paulo: EPSJV/Expressão Popular, p. 685-691, 2012.

PETERSON, P.; SILVEIRA, L. M.; FERNANDES.; G. B.; ALMEIDA, S. G. **Método de Análise Econômico-Ecológica de Agroecossistemas.** 1. Ed. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2017.

RIBEIRO, S. M. et al. Agricultura urbana agroecológica-estratégia de promoção da saúde e segurança alimentar e nutricional. **Revista Brasileira em Promoção da Saúde**, v. 25, n. 3, p. 381-388, 2012. ISSN 1806-1222.

SILVA, C. E. M. Modo de apropriação da natureza e territorialidade camponesa: revisitando e ressignificando o conceito de campesinato. **Revista Geografias**, p. 46-63, 2007.

SOUZA, L. K. B. D. **Produção agroecológica integrada e sustentável no Município de Mogeiro/PB.** 2014.

SPERB, P. **Como o MST se tornou o maior produtor de Arroz Orgânico da América Latina.** BBC News Brasil, Nova Santa Rida (RS), 7 maio de 2017. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-39775504>>. Acesso em: 05 de abril de 2017.